



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA

PROCURADORIA MUNICIPAL

PARECER JURÍDICO referente ao **Procedimento Administrativo nº 080/2025**

“Dispõe sobre expedição de Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) e Alvará de Funcionamento do SAMU vinculado ao Fundo Municipal de Saúde de Retirolândia/BA”.

Trata-se de análise jurídica quanto à possibilidade de expedição da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) e do Alvará de Funcionamento para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), vinculado ao Fundo Municipal de Saúde (FMS), que, por sua vez, está subordinado à Secretaria Municipal de Saúde de Retirolândia/BA.

É o Relatório.

Segue Parecer Jurídico

CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

Cabe ao órgão de Assessoramento Jurídico prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, sem adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade dos atos praticados e de natureza eminentemente técnico-administrativa.

Nesse sentido, o órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade.

Dessa forma, compreende-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive o detalhamento acerca da disponibilidade financeira DEVEM SER regularmente apurados pela área técnica do órgão competente e conferidos pela autoridade responsável.

FUNDAMENTAÇÃO:

Rua Argemiro Evaristo da Costa, nº 177, Centro, Retirolândia-BA, CEP 48750-000
Tele-Fax: (75) 3202-1176

Ilmar Levi D. M. Oliveira



Estado da Bahia
MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA
PROCURADORIA MUNICIPAL

O Fundo Municipal de Saúde é uma entidade vinculada à administração pública municipal, com autonomia financeira e contábil, mas sem personalidade jurídica própria. Dessa forma, não se trata de um ente privado, mas de um órgão integrante da própria estrutura administrativa do Município de Retirolândia.

A legislação municipal que rege a expedição da TFF e do Alvará de Funcionamento prevê a necessidade de regularidade fiscal do contribuinte junto ao Município. Entretanto, considerando que o Fundo Municipal de Saúde é um órgão vinculado à própria administração municipal, é juridicamente viável a emissão da referida taxa e alvará em nome da atual responsável pelo SAMU – mesmo se o referido órgão estiver com dívida ativa em aberto no Setor de Tributos –, viabilizando a continuidade dos serviços públicos essenciais à população.

Ademais, quanto às eventuais obrigações tributárias, é importante destacar que o recolhimento do Imposto sobre Serviços (ISS) é de responsabilidade das empresas prestadoras de serviço ao Fundo Municipal de Saúde, conforme a legislação vigente, ocorrendo a incumbência ao FMS somente para repassar os referidos recolhimentos para a Prefeitura. Recomenda-se que o setor financeiro da Prefeitura proceda a devida averiguação dos valores de ISS depositados pelas empresas que prestaram serviço ao FMS nos anos de 2022, 2023 e 2024 (conforme Notas Fiscais que acompanham o P.A. nº 80-2025), a fim de verificar se há saldo pendente de repasse pelo FMS para a Prefeitura Municipal de Retirolândia/BA.

Após posterior averiguação pelo Setor Financeiro do Município de Retirolândia/BA, havendo a constatação de saldo referente aos ISS das empresas que prestaram serviço ao FMS, que ocorra o imediato repasse para a Prefeitura Municipal de Retirolândia/BA, ocorrendo a devida quitação tributária do Fundo Municipal de Saúde para com o Município de Retirolândia/BA.

Slomon Levi D. M. Oliveira



Estado da Bahia
MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA
PROCURADORIA MUNICIPAL

Ainda, considerando a natureza pública do Fundo Municipal de Saúde e sua vinculação à administração municipal, é possível a emissão de uma Certidão Negativa de Débitos provisória junto ao Setor de Tributos da Prefeitura de Retirolândia/BA. Tal medida é essencial para garantir a regularidade do funcionamento do SAMU, sendo de interesse público a sua imediata emissão, dada a urgência do caso.

CONCLUSÃO:

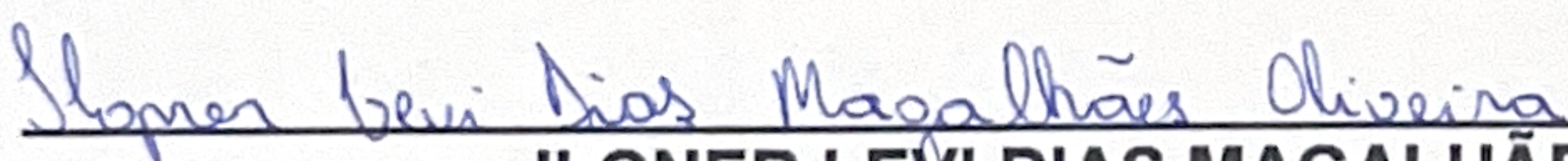
Diante do exposto, **opina-se favoravelmente pela expedição da Taxa de Fiscalização de Funcionamento e do Alvará de Funcionamento do SAMU**, vinculado ao Fundo Municipal de Saúde, considerando sua natureza pública e a necessidade de continuidade dos serviços essenciais.

Além disso, **recomenda-se que o setor financeiro da Prefeitura realize a averiguação dos valores de ISS depositados pelas empresas prestadoras de serviço ao Fundo Municipal de Saúde, verificando eventual saldo. Ademais, considerando a urgência da demanda, sugere-se a emissão de uma Certidão Negativa de Débitos do Fundo Municipal de Saúde perante o Setor de Tributos da Prefeitura de Retirolândia/BA, para viabilizar a expedição da TFF em nome da atual responsável pelo SAMU.**

É o parecer, salvo melhor juízo.

Devolvo o processo para que sejam encetados os esforços necessários à efetivação da expedição de TFF *in casu*.

Retirolândia/BA, 10 de março de 2025.



ILGNER LEVI DIAS MAGALHÃES OLIVEIRA
Procurador Municipal – OAB/BA 76.690